

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

29/11/2017

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Maia quer votar Previdência neste ano

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que a base aliada está negociando e contando votos para avaliar a viabilidade de votação da reforma da Previdência ainda neste ano. Maia destacou que a articulação intensa do governo neste momento é fundamental e comentou que o PSDB fez uma proposta que envolve três pontos da PEC. "Vamos avaliar se esses três pontos vão inviabilizar a aprovação ou não, porque sem os votos do PSDB é quase impossível chegar a 308 votos", afirmou. Segundo Maia, o secretário Marcelo Caetano está avaliando o impacto das sugestões dos tucanos na reforma. De acordo com o presidente da Câmara, Caetano vai analisar se a sugestão fica muito longe dos 50% de economia que o governo está prevendo ou se vai cair muito. "Se cair muito, talvez a gente perca a condição de votar". Maia disse que não tem uma resposta sobre a data limite para votação da PEC este ano no plenário da Casa.

Fonte: Jornal A Tribuna – 29/11/2017

Pagamento do abono salarial ano-base 2015 se encerra em 30 dias

Trabalhadores com direito ao Abono Salarial ano-base 2015 que ainda não sacaram o benefício têm um mês para procurar uma agência bancária e retirar o dinheiro. O prazo final é 28 de dezembro, e não haverá nova prorrogação. Até agora 1,42 milhão de pessoas ainda não sacou o abono. O valor disponível soma R\$ 990 milhões. O Abono Salarial ano-base 2015 é para quem trabalhou formalmente em 2015 e se enquadra nos seguintes critérios: estava vinculado formalmente a uma empresa ou órgão público por pelo menos 30 dias naquele ano; tinha remuneração média de até dois salários mínimos no período trabalhado; estava inscrito no PIS/Pasep há pelo menos cinco anos; e teve seus dados informados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Leia mais: Jornal Diário do Litoral – 29/11/2017

Relator desiste de propor reajuste em plano de saúde para idosos

Após críticas, o relator do projeto que prevê um novo marco legal para os planos de saúde, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), decidiu recuar da proposta de permitir um reajuste na mensalidade para idosos. A mudança foi confirmada pelo deputado à Folha nesta terça-feira (28). Segundo Marinho, a decisão ocorre após críticas à proposta tanto por operadoras de planos de saúde quanto por entidades de defesa do consumidor. "Consegui uma rara unanimidade", disse ele, que afirma que deve retirar a proposta do novo texto, previsto para ser apresentado no dia 13 de dezembro à comissão especial que analisa o tema em regime de urgência na Câmara dos Deputados. "Órgãos de defesa do consumidor são contra e as operadoras de planos de saúde também. As operadoras porque perdem recursos e deixam de antecipar uma receita e as entidades porque acham que de alguma forma os idosos são prejudicados. Eu acho que é um retrocesso, mas não dá para ser contra todo mundo", afirmou. A proposta de permitir um reajuste na mensalidade dos planos de saúde após os 60 anos havia sido adiada à Folha no fim de setembro e apresentada em parecer divulgado em outubro à comissão especial. Atualmente, há dois tipos de reajuste de planos de saúde: um anual, que ocorre pela variação nos custos do período, e outro por faixa etária. O Estatuto do Idoso, porém, veta desde 2004 esta última elevação (relacionada à idade dos usuários) a partir dos 60 anos.

Leia mais: Jornal Folha de S. Paulo – 29/11/2017

Acordo da poupança puxa economia, diz AGU

Bancos devem pagar mais de R\$ 10 bi por perdas decorrentes de planos dos anos 1980 e 1990

DE BRASÍLIA

A advogada-geral da União, ministra Grace Mendonça, disse nesta terça-feira (28) que pretende protocolar no STF (Supremo Tribunal Federal) o acordo assinado entre bancos e poupadores na próxima segunda-feira (4).

Caso seja aceito pelo Supremo, pouco mais de R\$ 10 bilhões devem ser pagos pelos bancos pelas perdas decorrentes de planos econômicos dos anos 1980 e 1990, encerrando mais de 1 milhão de processos na Justiça.

“É um momento histórico. Estamos resolvendo um dos conflitos mais longos do nosso país”, disse Grace Mendonça. “Isso mostra que há espaço para o diálogo.”

A ministra não confirmou

os valores nem as condições gerais do acordo, mas disse que será mais um impulso à retomada da economia.

“Primeiro foram os saques das contas do FGTS, depois, a liberação do PIS-Pasep. Será mais uma medida [de estímulo]”, disse.

Para ela, assim que for homologado pelo STF, os bancos vão acelerar os pagamentos, que poderiam ocorrer já a partir do início de 2018.

Como revelou a **Folha**, embora envolva os poupadores que ingressaram com ações coletivas, o acordo será estendido para todos os poupadores que, dentro de seis meses depois da homologação do Supremo, conseguirem comprovar que tiveram aplicações em caderneta de poupança durante a vigência dos

planos Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991). Para isso, bastará ir direto ao banco.

Sobre o valor a ser pago incidirá um fator de correção que foi chamado de “multiplicador” e leva em consideração, por exemplo, juros de mora. O multiplicador vai variar de acordo com o plano econômico.

DESCONTO

Depois da correção do valor, haverá um desconto que também varia de acordo com o plano econômico. Os mais recentes terão desconto menor. A reportagem apurou que esse corte poderá chegar a 40%. Os bancos pediam um abatimento mínimo de 50%.

Também foi definido um patamar para pagamentos à

vista, mas ele não foi revelado. Acima desse patamar o valor será pago em parcelas que serão corrigidas pela inflação medida pelo IPCA. Os bancos queriam pagar a TR (Taxa Referencial), que é bem mais baixa.

A AGU (Advocacia-Geral da União) mediou as negociações com apoio do Banco Central entre a Febrapo (Frente Brasileira dos Poupadores), o Idec (Instituto de Defesa do Consumidor) e a Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

Apesar de terem chegado a um consenso, os representantes envolvidos se comprometeram a não divulgar os termos finais até que a minuta do acordo seja assinada. Isso para evitar possíveis desgastes com o Supremo.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 29/11/2017

Cidades da Baixada Santista em alerta de infestação do *Aedes aegypti*

Dados divulgados ontem pelo Ministério da Saúde apontam que Peruíbe, Guarujá, São Vicente e Itanhaém estão em situação de risco de surto de dengue, zika e chikungunya. As informações fazem parte do Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti* (LIRAA). Na Baixada, apenas Cubatão não participou do mapeamento. As demais cidades apresentaram índices satisfatórios. No cenário nacional, 357 municípios brasileiros estão em situação de risco. Isso significa que mais de 9% das casas visitadas nestas cidades continham larvas do mosquito. No total, 3.946 cidades de todo o país fizeram o levantamento. Os dados foram apresentados pelo ministro da Saúde, Ricardo Barros ontem em Brasília. Na ocasião, também foi lançada a campanha publicitária de combate ao mosquito *Aedes aegypti*.

Leia mais: Jornal Diário do Litoral – 29/11/2017

Aposentadoria complementar é ampliada para todos os servidores paulistas

Uma decisão de Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) vai permitir que todos os servidores paulistas possam ter um plano de previdência complementar no fundo do Estado, o SP-Prevcom. Até a publicação da portaria, só servidores que ingressaram depois de janeiro de 2013 podiam aderir. A decisão, que confirma lei estadual sancionada em março, amplia a adesão a servidores dos Poderes Executivo (administração direta, autarquias e fundações), Legislativo, Judiciário e das universidades estaduais que estão filiados ao RPPS (regime próprio de aposentadoria). Pelos cálculos da entidade, eles são cerca de 500 mil dos 640 mil funcionários paulistas. O principal atrativo é para os que ingressaram no serviço público entre 2004 e 2013, pois sua aposentadoria é limitada ao teto da Previdência (R\$ 5.531,31 em 2017).

Leia mais: Jornal Folha de S. Paulo – 29/11/2017 (online)